

CURSO COMPLETO DE

TERCEIRIZAÇÃO DE **SERVIÇOS** NA **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14133/21)



THIAGO
ZAGATTO

CURSO COMPLETO DE **TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14133/21)

APRESENTAÇÃO DO CURSO

As terceirizações constituem um grupo bastante específico de contratações públicas. Além de observar os inúmeros comandos das leis de licitações e respectivos regulamentos, nesses tipos de contratações os gestores devem adotar rotinas próprias desde a fase preparatória até a fase de gestão e fiscalização do contrato.

Como exemplo das particularidades podem-se mencionar a forma de estimar os custos e formação de preços, os modelos de execução do objeto e de gestão dos contratos, as formas de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mecanismos acautelatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Portanto, este curso pretende capacitar os alunos para a gestão crítica das terceirizações, desde o planejamento até o encerramento dos contratos. Não se limita a expor partes isoladas. Além disso, o curso abrange premissas básicas, possibilidades e vedações à terceirização.

Apesar de o curso estar totalmente baseado nas normas e jurisprudência atuais, nossa proposta é ir além, capacitando os gestores para se posicionarem de forma crítica e assertiva nos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, reconhecendo todos os riscos envolvidos e cuidados necessários, mas sem perder de vista a busca por modelos eficientes.

O curso foi dividido em 10 módulos, organizados de acordo com as fases da contratação.

Como bônus, nosso curso oferece duas demonstrações básicas e práticas:

- 1) Planilha de Custos e Formação de Preços, modelo do Ministério do Planejamento, e
- 2) Operacionalização da conta vinculada e do pagamento pelo fato-gerador.

OBJETIVOS

- ✓ Aborda o processo completo de terceirização, preparando o gestor desde a fase preparatória até a fase de gestão e fiscalização do contrato;
- ✓ Contratos de serviços terceirizados;
- ✓ Responsabilidade por débitos trabalhistas e previdenciários;
- ✓ Limites à Terceirização na Administração Pública;
- ✓ Planejamento da contratação de serviços terceirizados;
- ✓ Formação de custos e de preços na terceirização;
- ✓ Gestão e Fiscalização dos contratos;
- ✓ Formas de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- ✓ Conta Vinculada e pagamento de pelo fato-gerador.

PÚBLICO ALVO

- ✓ Membros de equipe de planejamento;
- ✓ Servidores de áreas requisitantes de bens e serviços;
- ✓ Agentes públicos de todos os níveis de governo, especialmente aqueles que atuam nos processos de gestão e fiscalização da execução contratual, direta ou indiretamente, como fiscais, gestores, assessores jurídicos, servidores das áreas contábil e financeira, membros dos órgãos de controle interno, ordenadores de despesas, entre outros;
- ✓ Servidores de áreas requisitantes de serviços responsáveis pela elaboração de orçamentos desses, agentes de contratação, pregoeiros, assessores jurídicos e advogados, profissionais que atuam nos departamentos de controle interno e externo, gestores de contrato e demais interessados no tema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contratos de Serviços Terceirizados

- 1.1. A terceirização no mundo;
- 1.2. Terceirização no Brasil;
- 1.3. Terceirização no Direito do Trabalho e no Direito Administrativo;
- 1.4. Lacunas na conceituação de terceirização;
- 1.5. Terceirização x Dedicção Exclusiva de Mão de Obra;

2. Responsabilidade por débitos trabalhistas e previdenciários

- 2.1. A arquitetura da responsabilidade da Administração Pública por débitos trabalhistas na Administração Direta e Indireta, nas Estatais e no Sistema “S” – Súmula 331 TST, Recurso Extraordinário 760931 – STF;
- 2.2. Ônus da prova da inexistência de culpa na fiscalização;
- 2.3. Responsabilidade do dono da obra – OJ 191/TST;
- 2.4. Análise da responsabilidade trabalhista em empreitadas de obras e serviços de engenharia na Administração Pública;
- 2.5. Jurisprudência recente do TST sobre a responsabilidade da Administração Pública;
- 2.6. Responsabilidade solidária por débitos previdenciários e ônus decorrentes para o tomador;

3. Limites à Terceirização na Administração Pública

- 3.1. A regulamentação da terceirização: Decreto-Lei 200/1967, Decreto 2271/1997, Lei 13.429/2017, Decreto 9507/2018, Lei 14133/2021;
- 3.2. Limites à terceirização na Administração Direta e Indireta, nas estatais e no Sistema “S”;
- 3.3. Desvio de função (possibilidades e consequências), sanções;
- 3.4. Impossibilidade de formar vínculo entre o terceirizado e a entidade tomadora de serviços;
- 3.5. Possibilidade de os terceirizados usufruírem de recesso e outros direitos normalmente atribuíveis a servidores públicos;

4. Planejamento da contratação de serviços terceirizados

- 4.1. O Conteúdo mínimo dos artefatos da fase de planejamento aplicáveis à terceirização: Documento de Formalização de Demandas, Plano de Contratação Anual, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 4.2. Principais modelos de execução do objeto e critérios de medição: pagamento por hora, por posto, por UST, por demanda, métodos ágeis etc. – qual deve ser utilizado;
- 4.3. A irrelevância do critério e medição para a caracterização da dedicação exclusiva de mão de obra;
- 4.4. Construção do instrumento de medição de resultado (IMR): alternativa para o aprimoramento da qualidade das terceirizações;
- 4.5. Contratação de Manutenção e Facilities Prediais - modelos;
- 4.6. Requisitos de habilitação aplicáveis às terceirizações com base na Lei 14.133/2021 e na IN 5/2017 – MP;
- 4.7. Contratação de Cooperativas: condições da Lei 14.133/2021 – a impossibilidade de vedação genérica às cooperativas;
- 4.8. A concessão de treinamento para terceirizados: pode ou não pode?

5. Estimativas de custos nas terceirizações

- 5.1. Análise dos módulos polêmicos em contratos com Demo;
- 5.2. Módulo 1 – Remuneração;
- 5.3. Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários;;
- 5.4. Módulo 3 – Provisão para rescisão;
- 5.5. Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente;
- 5.6. Módulo 5 – Equipamentos, Uniformes e Materiais;
- 5.7. Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro;
- 5.8. Os obstáculos atribuídos pelo procedimento licitatório: a Administração Pública como tutora das propostas comerciais das licitantes;

6. Julgamento das propostas nas contratações com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra:

- 6.1. Em que momento o agente de contratação avalia a proposta da licitante na Lei 14.133/2021 e na Lei 13.303/2016?
- 6.2. Como devem ser aplicados os critérios de aceitabilidade e de exequibilidade de preços na Lei 14.133/2021 e na IN 73/2022 – MP;
- 6.3. A inexequibilidade relativa: o dever de diligência do agente de contratação;
- 6.4. Desclassificação de propostas x formalismo moderado – casos concretos;
- 6.5. Fase recursal na Lei 14.133/2021 e na Lei 13.303/2016;

7. Gestão e Fiscalização dos contratos de Serviços com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra

- 7.1. Os novos prazos de vigência previstos na Lei 14.133/2021;
- 7.2. Providências iniciais: garantia, formalização, publicação (inclusive no PNCP), designação do gesto e fiscais, reunião inicial;
- 7.3. Os papéis e responsabilidades dos fiscais técnico, administrativo e setorial, do gestor e dos setores de apoio;
- 7.4. Segregação de funções segundo o Decreto 11.246/2022;

- 7.5. A Fiscalização Administrativa em momentos: documentos exigíveis no início do contrato, mensalmente, em momentos específicos definidos pela Administração e no final da execução do contrato;
- 7.6. A fiscalização amostral
- 7.7. Glosas comuns nos contratos com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra
- 7.8. Retenção de fatura e pagamentos diretamente ao empregado;
- 7.9. Suspensão da execução do contrato e manutenção dos pagamentos aos terceirizados: o que aprendemos com a pandemia;

8. Conta Vinculada

- 8.1. A Conta Vinculada na IN5/2017 e na IN7/2018;
- 8.2. A (não) obrigatoriedade da conta-vinculada;
- 8.3. Quem abre? Quando abre? Como abre? Formulários e modelos?
- 8.4. Verbas abrangidas, respectivos percentuais e gestão dos depósitos da conta-vinculada;
- 8.5. A gestão dos saques da conta-vinculada - condições para requisitar saques?
- 8.6. Quem, quando e como solicita os saques? Formulários e modelos?
- 8.7. O que fazer com o saldo? Prazo a aguardar? Por quanto tempo manter a conta? Como a conta deve ser encerrada?

9. Pagamento pelo Fato-Gerador

- 9.1. A evolução da conta vinculada para o pagto pelo fato gerador e a posição atual do TCU a respeito;
- 9.2. Quais são as principais vantagens e desvantagens no seu uso;
- 9.3. Fluxo do pagamento pelo Fato Gerador, das retenções as liberações;
- 9.4. Saldo Orçamentário;
- 9.5. Verbas abrangidas e procedimentos a serem realizados;
- 9.6. Polêmicas acerca da retenção do "saldo" pela não ocorrência do fato-gerador

10. Mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

- 10.1. Reequilíbrio, reajuste e repactuação: conceitos elementares, diferenças e hipóteses de aplicação;
- 10.2. O critério de reajustamento obrigatório;
- 10.3. Utilização de reajuste e repactuação em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra: é possível?
- 10.4. Data de referência a ser utilizada para os pedidos de reequilíbrio, reajuste e repactuação;
- 10.5. Prazo para resposta a pedido de repactuação;
- 10.6. Casos polêmicos de verbas pleiteadas na repactuação;
- 10.7. Repactuação e Convenção Coletiva não homologada: é possível?
- 10.8. Repactuação e ultratividade da Convenção Coletiva – o que fazer?
- 10.1. Prazos para pleitear reequilíbrio, reajuste e repactuação: entendimentos aplicáveis;
- 10.2. Preclusão e prescrição em reequilíbrio, reajuste e repactuação: entendimentos aplicáveis.

PALESTRANTE



THIAGO ZAGATTO

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Especialista em Auditoria Governamental. Foi diretor da Secretaria de Infraestrutura Urbana (2016-2017) e da Diretoria de Centralização e Padronização de Contratações no TCU (2013-2016). Advogado, formado na UNB (2016) e Engenheiro Civil, graduado pela UEL (2005). Membro da Comissão Própria de Avaliação de Pós-Graduação (CPA) do Instituto Serzedello Corrêa ISC/TCU. Membro do Conselho Editorial da Revista Forense. Professor da Pós-Graduação em Licitações na Unibrasil. Palestrante em diversos congressos, seminários eventos relacionados à gestão pública.

CARGA HORÁRIA



8 horas/aula



4 horas complementares –
atividades dirigidas

(conteúdo, vídeo aula, leitura
complementar e exercícios)



Total da carga horária para
certificação: 12 horas

INVESTIMENTO

APENAS:

R\$ 2.650

(Dois mil seiscentos e cinquenta reais)

CONTEMPLA



8 horas
de vídeo aula
+ 4 horas complementares



Material complementar
para cada módulo
(PPT + leitura
complementar + exercícios)



Certificado Digital emitido
após conclusão, com carga
horária total de 12 horas
para curso completo



Adicionais JML – Leitura e
estudo complementares,
disponibilizados na
plataforma do aluno.



PESSOAS • SERVIÇOS • TECNOLOGIA

CENTRAL DE RELACIONAMENTO JML

41 3595.9999

www.jmlgrupo.com.br – www.eadjml.com.br